



UNITED NATIONS
UNIVERSITY
UNU-WIDER



FINN TARP

**“TOWARDS A NEW CONSENSUS
ON THE PRINCIPLES OF
POLICY-MAKING FOR
THE CONTEMPORARY
WORLD”**

**“RUMO A UM NOVO CONSENSO
SOBRE OS PRINCÍPIOS PARA A
FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PARA O MUNDO CONTEMPORÂNEO”**



Ministério do Trabalho,
Emprego e Segurança Social



Ministério da Economia e Finanças
Direção de Estudos Económicos
e Financeiros



UNIVERSITY OF
COPENHAGEN



Embaitada da Finlândia

PROGRAMA

30.03.2017		
HORA	TEMA	APRESENTADOR/A
16h-16h10	Boas-Vindas	Magnífico Reitor da UP, Prof. Doutor Jorge Ferrão
16h10-16h30	40 Anos de Parceria entre os Governos de Moçambique e da Finlândia	Exma. Senhora Embaixadora da Finlândia, Laura Torvinen
16h30-16h45	Divulgação do Boletim Informativo do Mercado de Trabalho	Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social
16h45-17h00	Momento Musical	
17h00-17h10	Apresentação do Professor Finn Tarp	Prof. Doutor José Castiano
17h10-18h00	“Towards a new consensus on the principles of policy-making for the contemporary world”/”Rumo a um novo consenso sobre os princípios para a formulação de políticas para o mundo contemporâneo”	Professor Doutor Finn Tarp
18h00-18h10	Comentário 1	Prof. Doutor Vasco Nhabinde
18h10-18h20	Comentário 2	Dr. Faizal Carsane/ Director do CEEG
18h20-18h50		
18h50	Cocktail	
Local: Biblioteca da UP-Sede		

FINN TARP
DIRECTOR, UNU-WIDER

“Finn Tarp is Director of United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER) based in Helsinki. He is a leading international expert on issues of development strategy and foreign aid, and has nearly four decades of experience in academic and applied development economics research and teaching.

In addition to his role at UNU-WIDER, he is Professor of Development Economics at the University of Copenhagen. His main interests relate to poverty, income distribution and growth, micro- and macroeconomic policy and modeling, agricultural sector policy and planning, household and enterprise development, and economic adjustment and reform as well as climate change, sustainability and natural resources.

Finn Tarp has held senior posts and advisory positions within government and with donor organizations, and he is member of a large number of international committees and advisory bodies.”

FINN TARP
DIRECTOR, UNU-WIDER

“Finn Tarp é Director do United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER) com sede em Helsínquia. É um prominente especialista internacional em Estratégia de Desenvolvimento e Ajuda ao Desenvolvimento, com perto de quatro décadas de experiência académica, no ensino e na pesquisa aplicada em Economia do Desenvolvimento.

Em conjunto com a sua posição na UNU-WIDER, Finn é Professor de Economia do Desenvolvimento na Universidade de Copenhaga. Os seus principais interesses de investigação centram-se nos temas de pobreza, distribuição do rendimento e crescimento económico, políticas micro e macroeconómicas – modelação e aplicação -, planeamento e políticas do sector agrícola, desenvolvimento dos agregados familiares e das empresas, e ajustamento e reformas económicas, bem como alterações climáticas, sustentabilidade e recursos naturais.

Finn Tarp já assumiu posições de administração e de assessoria em organizações governamentais e agências bilaterais e multilaterais de cooperação, e é membro de um alargado número de comités e conselhos internacionais.“

Stockholm Statement Towards a consensus on the principles of policy-making for the contemporary world

Thirteen economists, which included four former Chief Economists of the World Bank, met over two days at Saltsjobaden, Sweden, on 16-17 September 2016, to discuss the challenges faced by today's economic policy makers. The meeting was hosted by the Swedish International Development Agency and the World Bank. The group consisted of Sabina Alkire (Oxford), Pranab Bardhan (Berkeley), Kaushik Basu (New York), Haroon Borhat (Cape Town), Francois Bourguignon (Paris), Ashwini Deshpande (Delhi), Ravi Kanbur (Ithaca), Justin Yifu Lin (Beijing), Kalle Moene (Oslo), Jean-Philippe Platteau (Namur), Jaime Saavedra (Lima), Joseph Stiglitz (New York), and Finn Tarp (Helsinki and Copenhagen).

At the end of the meeting the group decided to issue a statement of the consensus reached among them: the 'Stockholm Statement'.

WHAT FOLLOWS IS THIS STATEMENT.

1. THE CHALLENGE OF DEVELOPMENT

The world today is going through turbulent times. Global forces hold out both promise and peril. Unprecedented technical progress promises rising standards of living, yet holds out the peril of displaced labour and youth unemployment. Expansion of trade and global investment have propelled growth and moved several low-income countries to middle-income status. At the same time, many groups in these countries have been left behind. The same is true even in advanced economies, where many have been adversely affected by the forces of globalization. Further, living standards have actually deteriorated in nations which are mired in conflict and war. Rising

Declaração de Estocolmo

Rumo a um Consenso sobre os Princípios para a Formulação de Políticas para o Mundo Contemporâneo

Treze economistas, incluindo quatro antigos Economistas-Chefe do Banco Mundial, reuniram-se durante dois dias em Estocolmo, Suécia, a 16 e 17 de Setembro de 2016, para debater os desafios enfrentados pelos atuais decisores políticos. O encontro teve como anfitriões a Agência Sueca para a Cooperação em Desenvolvimento Internacional (SIDA) e o Banco Mundial. O grupo foi constituído pela Professora Sabina Alkire (Oxford), Professor Pranab Bardhan (Berkeley), Professor e anterior Economista-Chefe do Banco Mundial Kaushik Basu (Nova Iorque), Professor Haroon Borhat (Cidade do Cabo), Professor e antigo Economista-Chefe do Banco Mundial Francois Bourguignon (Paris), Professor Ashwini Deshpande (Nova Deli), Professor Ravi Kanbur (Ithaca), Professor e antigo Economista-Chefe do Banco Mundial Justin Yifu Lin (Pequim), Professor Kalle Moene (Oslo), Professor Jean-Philippe Platteau (Namur), Professor Jaime Saavedra (Lima), Nobel Laureate Professor e antigo Economista-Chefe do Banco Mundial Joseph Stiglitz (Nova Iorque), e Professor Finn Tarp (Helsínquia e Copenhaga).

No final do encontro, o grupo decidiu emitir uma declaração do consenso alcançado entre eles: a "Declaração de Estocolmo".

O QUE SE SEGUE É ESSA DECLARAÇÃO.

1. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO

O mundo atravessa hoje tempos turbulentos. Forças globais representam simultaneamente promessa e perigo. Um progresso tecnológico sem precedentes promete melhorar as condições de vida das pessoas, enquanto alberga os perigos do deslocamento do trabalho

inequalities within countries threaten social cohesion and economic progress. Environmental degradation and climate change imperil the planet, and await concerted global action to address the looming dangers. Rapid urbanization offers the prospect of productivity gains from agglomeration — but can also aggravate the problems of urban slums, poverty, and conflict.

None of these takes away from the enormous progress the world has seen in rising incomes and in improving health and education. We celebrate these achievements, and look ahead to the undoubted challenges that policy makers will face. A successful response to these challenges lies in designing policies to harness global forces for development and steering a course towards the promise, rather than the peril. The design of such policies requires a clear vision of the goals of development policy, and learning from the successes and mistakes of the past and from the body of economic theory and statistical analysis accumulated over a long period of time.

It is now evident that some of the recommendations of more traditional economics were not valid. Policy makers cannot rely on simple policy guides such as holding the fiscal balance in check, using monetary policy to control inflation, providing macroeconomic stability, and then leaving it to the market to do the rest. Assuming that such an approach will promote growth that trickles down to the poor is not a tenable premise. Indeed, we owe some of our current predicament to too close an adherence to that dated advice. This statement lays out not a blueprint for policy, but a set of principles that we hope can help frame country-level policies and promote global discourse and the design of multilateral policies. These principles are increasingly needed in today's rapidly changing and globalizing world.

e do desemprego juvenil. A expansão do comércio e investimento globais impulsionaram o crescimento e trouxeram vários países de baixo rendimento para o status de país de rendimento médio. Ao mesmo tempo, muitos grupos nesses mesmos países têm ficado para trás. O mesmo se verifica em economias avançadas, onde muitos têm sido afetados de forma adversa pelas forças da globalização. Mais, as condições de vida têm, de fato, se deteriorado em nações enleadas em conflitos e guerras. Desigualdades crescentes no seio dos países ameaçam a coesão social e o progresso económico. A degradação ambiental e as alterações climáticas colocam o planeta em risco e clamam por uma ação global concertada que responda aos perigos que impendem. Uma urbanização rápida oferece perspectivas de ganhos de produtividade por aglomeração, mas podem igualmente agravar os problemas dos bairros de lata e favelas¹, pobreza e conflito.

Nada disto reduz a evidência de um progresso enorme que o mundo tem assistido em termos de subida de rendimentos ou melhorias na saúde e educação. Celebramos estas realizações e visamos os inquestionáveis desafios que decisores políticos enfrentarão. Uma resposta com sucesso a estes desafios reside no desenhar de políticas que façam uso das forças globais em ordem ao desenvolvimento e que naveguem um curso na direção da promessa, ao invés do perigo. O desenho de tais políticas requer uma visão clara dos objetivos de uma política de desenvolvimento e uma aprendizagem a partir dos sucessos e erros do passado, bem como do corpo de teoria económica e análise estatística acumulados durante um longo período de tempo.

É agora evidente que algumas das recomendações de uma ciência económica mais tradicional não eram válidas. Decisores políticos não podem confiar em simples orientações de política tais como vi-

¹ Nota de tradução: bairros de lata e favelas são designações correspondentes em Portugal e Brasil, sendo estes conhecidos como musseques em Angola ou caniço em Moçambique.

2. GDP GROWTH IS NOT AN END IN ITSELF

We believe that, while policies to promote GDP growth are needed, that must not be an end in itself but a means to creating the resources needed to achieve a range of societal objectives, which include improved health, education, employment, security, as well as consumption. Individual wellbeing is multidimensional and policy should aim for improvements in all of the dimensions valued by society, not just income. There is, for instance, a need to provide better nutrition to all pre-school children and to ensure that everybody has basic healthcare, and to recognize that these are well within the realm of the feasible. If the right policies are not in place, GDP growth may come at the expense of these dimensions of wellbeing, including those related to local environmental and global climate degradation. It is also worth keeping in mind that GDP growth in itself may not lead to the eradication of oppressive norms and discriminatory practices against vulnerable groups. These usually require deliberate interventions.

We recognize the need to acknowledge that there will not be a single prescription deemed appropriate for all economies. Cultural and social contexts differ, as do histories. This leads to different aspirations in different societies, and also plays a role in determining what will work and what will not. In the past there was a propensity to prescribe a uniform policy code (developed in some rich country) for all nations. While there are broad policy principles we all need to pay heed to, there has to be space for diversity and context-specificity of policy.

3. DEVELOPMENT HAS TO BE INCLUSIVE

We believe that policy should help ensure that development is socially and economically inclusive, and does not leave behind groups of the population — whether identified by gender, ethnicity, or other

giar o equilíbrio orçamental, usar a política monetária para controlar a inflação, providenciar estabilidade macroeconómica e, e em seguida deixar os mercados assegurar o resto. Assumir que uma tal política promoverá um crescimento que, como que escorrerá, aos poucos, em benefício dos pobres² é uma premissa que não se sustenta. De fato, devemos parte das atuais dificuldades a uma aderência demasiado próxima a esse conselho já ultrapassado. Esta declaração apresenta, não um plano de política, mas um conjunto de princípios que esperamos possa ajudar a enquadrar políticas ao nível nacional e que promovam uma narrativa global e o desenhar de políticas multilaterais. Estes princípios são crescentemente necessários neste mundo contemporâneo em rápida mudança e crescente globalização.

2. O CRESCIMENTO DO PIB NÃO É UM FIM POR SI SÓ

Acreditamos que, embora políticas que promovam o crescimento do PIB sejam necessárias, estas não podem ser um fim em si, mas um meio para criar os recursos necessários ao alcance de um conjunto amplo de objetivos societários, que incluem melhor saúde, educação, emprego, segurança, bem como consumo. O bem-estar individual é multidimensional e as políticas deveriam buscar melhorar todas as dimensões valorizadas pela sociedade, não apenas a renda. Existe, por exemplo, uma necessidade de promover melhor nutrição para todas as crianças em idade pré-escolar e assegurar cuidados de saúde básicos para todos, bem como garantir que estes imperativos estejam dentro do realizável. Se as políticas certas não estiverem sendo implementadas, o crescimento do PIB poderá ocorrer à custa de outras dimensões do bem-estar, inclusive aquelas relacionadas com a degradação ambiental em nível local e climática ao nível global. Deverá também ter-se em conta que o crescimento do PIB, por si só, pode não conduzir à erradicação de normas opressivas ou de prá-

². Nota de tradução: correspondente ao que também se designa como efeito *trickle-down*

social indicators. There should be particular focus on extreme deprivation in the range of dimensions of wellbeing, and especially on individuals who suffer simultaneous deprivation on many dimensions. But a focus on the most deprived is not enough. The gap between rich and poor, and across salient social groupings, is also important. The sharp rises in inequality of income and wealth witnessed in recent decades and the observed level of inequality of opportunities in access to basic services — such as health and education — are ethically indefensible, undermine social cohesion, and fuel a spiral of policy capture by elites which further exacerbates inequality. High inequality tends to rob the poor of voice and so results in a weakening of democracy. The empowerment of women and of historically discriminated groups is a priority in its own right, but it also provides a sound basis for economic efficiency. When there is political turbulence and social conflict, development is not possible; and where development policies are not inclusive, they are likely to trigger social conflict. Overall, inclusive development is the only socially and economically sustainable form of development.

4. ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY IS A REQUIREMENT, NOT AN OPTION

Although it will be mediated and implemented differently in each country and regional context, we believe that development policy-making must take on environmental sustainability as a central objective. This is related directly to local environmental degradation, where income growth in isolation can create a false indicator of wellbeing and progress. Further, competition over resources and environmentally-related migration can lead to insecurity and conflicts which undermine development. At the global level, climate change is a long-term threat to the viability of the planet and, equally, a short-to-medium-term threat to livelihoods, agriculture

ticas discriminatórias contra grupos vulneráveis. Estas, usualmente, requerem intervenções deliberadas. Reconhecemos a necessidade de admitir que não existirá uma receita única, julgada apropriada para todas as economias. Contextos culturais e sociais diferem, assim como diferem as histórias. Isso conduz a aspirações diferentes em sociedades diferentes e tem também um papel na determinação daquilo que irá funcionar ou não. No passado havia uma propensão para prescrever um código político uniforme (desenvolvido em algum país rico) a todas as nações. Embora existam princípios gerais nas políticas, que devemos todos observar, deve haver espaço para a diversidade e para políticas específicas a cada contexto.

3. O DESENVOLVIMENTO DEVE SER INCLUSIVO

Acreditamos que as políticas devem ajudar a assegurar um desenvolvimento social e economicamente inclusivo, e não deixar para trás grupos da população, sejam estes identificados segundo o seu género, sua etnicidade, ou outros indicadores sociais. Deve haver um foco particular na privação extrema em toda a gama de dimensões do bem-estar, especialmente nos indivíduos que padecem de privações simultâneas em várias dimensões. No entanto, um foco nos que mais sofrem privações é insuficiente. O fosso entre ricos e pobres, e entre diferentes grupos sociais salientes, é igualmente significativo. Os acentuados aumentos nas desigualdades de rendimento e património testemunhados nas recentes décadas e o nível observado de desigualdades de oportunidade no acesso a serviços básicos como saúde e educação são eticamente indefensáveis, minam a coesão social, e alimentam uma espiral de captura dos processos de formulação de políticas por elites, o que exacerba ainda mais as desigualdades. Uma elevada desigualdade tende a roubar aos mais pobres a voz, o que resulta no enfraquecimento da democracia. O empoderamento das mulheres e daqueles que pertencem a grupos historicamente discriminados é uma prioridade por si só,

and habitat in many countries. Mitigation efforts must be pursued first and foremost at a global level, while adaptation policies require active intervention and support at national and local levels. These are problems that cannot be left to the free market to solve. Regulatory interventions by the state and a certain amount of multi-country policy coordination are indispensable.

5. THE NEED TO BALANCE MARKET, STATE, AND COMMUNITY

In the face of these objectives and the global challenges facing the world community, development policy has to build on a judicious balance among market, state, and community. It is important to recognize that markets are themselves social institutions which need a framework of efficient regulation to deliver on their promise of efficient economic allocation of resources. Further, even where markets deliver on efficiency, they have no natural propensity to deliver on inclusiveness and equity. As we now know, famines are compatible with free market efficiency. The trend towards unfettered markets of the last quarter century explains a range of outcomes the world is now living with, including financial crises, untenable levels of inequality and unsustainability.

While recognizing the limits of what markets on their own can do, we appreciate that the state itself needs to operate efficiently. There are many ways in which countries can go beyond markets — there are important roles to be played by government at different levels and by the myriad forms that civil society can take, such as cooperatives, associations, and NGOs. The nation state should not take on tasks which are better left to the market or to communities. Frequently, these institutions work together in complementary ways. There are contexts where the wellbeing of the most deprived is best served by actions by local groups at the community level. Even though we cannot be unmindful of the fact that local community

mas além disso providencia uma base saudável para a eficiência económica. Quando existe turbulência política e conflito social, o desenvolvimento não é possível; e onde as políticas de desenvolvimento não são inclusivas, são suscetíveis de provocar o conflito social. De modo geral, um desenvolvimento inclusivo é a única forma social e economicamente sustentável de desenvolvimento.

4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL É UMA EXIGÊNCIA, NÃO UMA OPÇÃO

Embora venham a ser mediados e postos em prática de formas diferentes em cada país e contexto regional, acreditamos que os processos de formulação de políticas devem buscar a sustentabilidade ambiental como objetivo central. Isto relaciona-se diretamente com a degradação ambiental ao nível local, onde um crescimento económico, como critério isolado pode gerar um indicador falso de bem-estar e progresso. Além disto a competição por recursos e a migração decorrente de eventos climáticos e ambientais pode conduzir à insegurança e a conflitos que minam o desenvolvimento. Ao nível global, as mudanças climáticas são uma ameaça de longo prazo à viabilidade do planeta e, igualmente, uma ameaça de curto e médio prazo para os modos de vida, agricultura e ecossistemas de muitos países. Esforços de mitigação devem ser prosseguidos prioritariamente ao nível global, enquanto medidas de adaptação requerem uma intervenção e apoio ativos nos níveis nacional e local. Estes são problemas que não podem ser deixados para serem resolvidos pelo livre mercado. Intervenções regulatórias por parte do Estado e um certo grau de coordenação entre os países nas políticas implementadas são indispensáveis.

institutions have been known to be captured by retrograde forces, civil society organizations, at all levels, have an important role in promoting and maintaining social cohesion.

We reiterate that the state is indispensable in setting the rules of the game and in establishing a regulatory framework in which markets and communities can flourish and engender progress. The greater social cohesion and trust that better rules of the game foster will also result in less inequality, simultaneously promoting growth and wellbeing in all of its dimensions. The state also has an indispensable role in areas where markets do not work well — finance, health, and environment being prominent examples — and where there are clear inclusivity imperatives, such as women’s empowerment, the protection of vulnerable groups, and addressing excessive wealth and income inequality. It also has a role to play in shaping industrial policy and effective agricultural and service-sector policies. The state must prevent the cycles of rising inequality, leading to state capture, which in turn enforces social, political and economic inequality.

6. PROVIDING MACROECONOMIC STABILITY

A lot of traditional policy advice centred on the need for macroeconomic stability. Economies with greater stability succeed in having greater growth, with further enhancement of wellbeing. Macroeconomic stability entails managing policies to keep the economy on an even keel and paying attention to longer-term implications of today’s policy actions, notably ensuring fiscal and external financial sustainability. Countries should use periods of strong growth to build up fiscal resources so that they are in a position to use this medicine when the need arises. Yet, while long run fiscal discipline is important and traditional economics is right in emphasizing this, policy makers often ended up making a fetish of balancing the budget.

5. A NECESSIDADE DE EQUILIBRAR MERCADO, ESTADO E COMUNIDADE

Frente a estes objetivos e aos desafios globais que a comunidade mundial enfrenta, as políticas de desenvolvimento devem ter por base um equilíbrio judicioso entre mercado, Estado e comunidade. É importante reconhecer que os mercados são, eles próprios, instituições sociais que necessitam ser enquadradas por uma regulação eficiente, de modo a cumprirem a sua promessa de alocação eficiente dos recursos. Além disto, mesmo onde os mercados cumprem requisitos de eficiência, eles não têm uma propensão natural para cumprir requisitos de inclusão e equidade. Como já sabemos, a fome é compatível com a eficiência do livre mercado. A tendência rumo a mercados desregulados vivenciada no último quarto de século explica um conjunto de consequências com as quais o mundo está convivendo hoje, incluindo crises financeiras, níveis indefensáveis de desigualdade e insustentabilidade. Embora reconhecendo os limites daquilo que os mercados conseguem alcançar por si sós, estamos cientes de que o próprio Estado necessita operar de forma eficiente. Há muitas formas através das quais os países podem ir além dos mercados – há papéis importantes a serem cumpridos pelo governo em diferentes níveis e pela multitude de formas que a sociedade civil pode assumir, como cooperativas, associações ou organizações não-governamentais. O Estado-Nação não deveria assumir tarefas que podem melhor ser assumidas pelos mercados ou pelas comunidades. Frequentemente, estas instituições trabalham conjuntamente de formas complementares. Há contextos em que o bem-estar daqueles que enfrentam as maiores privações é melhor servido pelas ações de grupos locais, ao nível comunitário. Embora não possamos ser displicentes quanto ao fato de que instituições comunitárias locais têm sido conhecidas por serem capturadas por forças retrogradadas, organizações da sociedade civil, em todos os níveis, têm um papel importante na promoção e na manutenção da coesão social. Reiteramos que o Estado é indispensável na definição

It has to be recognized that fiscal stimulus and public investment are often critical to escape stagnation traps and they are safe as long as indebtedness is carefully managed and the inflationary consequence of monetization is contained. Public investment is important to build infrastructure and green technology, where the benefits are too far stretched into the future to attract private investment. Further, macro-prudential measures can supplement monetary policy to discourage the development of bubbles, to moderate potentially unstable capital movements, and to prevent excessive build-up of external liabilities.

7. ATTENDING TO THE IMPACT OF GLOBAL TECHNOLOGY AND INEQUALITY

In the arena of policy-making a special challenge has arisen with recent advances in technology. New technology is linking up the global labour market, making it possible for workers in developing countries to work for global markets and consumers without having to relocate themselves. This has created new opportunities for workers but has, at the same time, exacerbated inequality within nations. There is an increasing tendency in high-income nations to characterize this as a labour-versus-labour problem, one pitting the interests of workers in advanced nations against the interests of workers in developing countries. This is unfortunate. What is overlooked is that this is, in reality, largely a labour-versus-capital problem. Automation, the rise in robotics and the globalization of the labour market not only displaces labour, it replaces the earnings of workers with higher profits for corporations and the owners of machines. These consequences are a concern that must be addressed without converting this into a global labour-versus-labour tussle.

This creates three policy compulsions. First, we must invest in human capital and increase skills in ways that complement technology and hence boost labour income, alongside the rise of 5 technolo-

das regras do jogo e no estabelecimento de um enquadramento regulatório dentro do qual mercados e comunidades podem florescer e gerar progresso. A maior coesão social e a confiança que melhores regras do jogo promovem resultarão igualmente em menor desigualdade, promovendo simultaneamente crescimento económico e bem-estar em todas as suas dimensões. O Estado tem igualmente um papel indispensável em áreas nas quais os mercados não funcionam bem – finança, saúde e meio ambiente são exemplos proeminentes – e onde existem claros imperativos de inclusão, como a promoção da mulher, a proteção de grupos vulneráveis e a resolução dos níveis excessivos de desigualdade de riqueza e rendimento. Tem igualmente um papel a cumprir no desenho de políticas industriais e de eficazes políticas agrícolas e do setor de serviços. O Estado deve prevenir os ciclos de desigualdade crescentes que conduzem à sua captura, o que, por sua vez, aprofunda as desigualdades sociais, políticas e económicas.

6. PROVIDENCIANDO ESTABILIDADE MACROECONÓMICA

Boa parte das recomendações de políticas tradicionais centravam-se na necessidade de estabilidade macroeconómica. Economias com maior estabilidade conseguem alcançar um maior crescimento económico, com uma melhoria acrescida do bem-estar. A estabilidade macroeconómica envolve gerir as políticas de modo a permitir que a economia se mantenha bem equilibrada, assim como dar a devida atenção às implicações de longo prazo das ações políticas quotidianas, nomeadamente, assegurando sustentabilidade fiscal interna e financeira externa. Os países devem usar os períodos de crescimento acelerado para gerar recursos fiscais, de modo a que estejam em posição de poder usar esses remédios quando a necessidade surgir. No entanto, embora a disciplina fiscal de longo-prazo seja importante e a economia tradicional esteja correta ao enfatizar isto, os decisores políticos muitas vezes acabam por transformar o equilíbrio

gy. Second, we have to create new instruments of income transfers within nations. The fall in the share of wages in GDP must not be treated as an inevitable consequence of the rise of technology. Governments have to create systems of taxes and profit-sharing to break this equivalence, and they have to create rules of the game — such as strong enforcement of competition laws and labour legislation — that enhance workers’ bargaining power and give them a greater voice in society and within firms. Finally, this creates a special need for multi-country policy-making. It places a responsibility on multi-lateral institutions to encourage policy harmonization across nations and to promote policies that take account of the interests of not just rich, industrialized nations but also emerging economies, which are often deprived of voice in international decision-making.

8. SOCIAL NORMS AND MINDSETS MATTER

Much of traditional economics treated social norms and mindsets as having little consequence on our economic lives. A growing body of research demonstrates that this is not so. Our values and culture are not just important in themselves, they also affect how an economy performs. A society in which people have trust in one another does better than one in which people do not. The same set of options, when they are presented differently to people, for instance, in different order or with different default options, can make a difference to what people choose. Governments need to begin to use these new insights and new instruments to run their programmes and services more effectively. Private sector firms and corporations have long been using and often exploiting their knowledge of human psychology and social predilections to further their own interests and profits. If governments want to deliver education and health services effectively and collect taxes fairly, our enhanced understanding of social norms has to be consciously integrated into policy-making in pursuit of the common good. Social norms and mindsets can also play

orçamental numa forma de fetiche. É necessário reconhecer que os estímulos fiscais e o investimento público são frequentemente instrumentos críticos para que uma economia se liberte de armadilhas de estagnação e que os mesmos são seguros, desde que o endividamento seja cuidadosamente gerido e as consequências inflacionárias da monetização sejam contidas. O investimento público é importante para a construção de infraestrutura e o desenvolvimento de tecnologias verdes, os benefícios das quais se estendem demasiadamente no futuro para atrair o investimento privado. Além disto, medidas macro-prudenciais podem suplementar a política monetária no sentido de desencorajar o desenvolvimento de bolhas, moderar movimentos de capitais potencialmente instáveis e prevenir a acumulação excessiva de dívida externa.

7. ENFRENTANDO OS IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS GLOBAIS E DA DESIGUALDADE

Na arena da formulação de políticas, um desafio particular tem surgido de recentes avanços tecnológicos. Novas tecnologias estão interligando o mercado de trabalho global, tornando possível que trabalhadores em países em desenvolvimento trabalhem para mercados e consumidores globais, sem que eles mesmos tenham que se deslocar. Isto gerou novas oportunidades para os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, exacerbou as desigualdades internas dentro das nações. Existe uma tendência crescente em nações de elevado rendimento de caracterizar esta situação como um problema de trabalho-versus-trabalho, em que se confrontam os interesses dos trabalhadores de nações avançadas com os interesses dos trabalhadores de países em desenvolvimento. Isto é lamentável. O que é omissis é que, de fato, trata-se em grande parte de um problema de trabalho-versus-capital. A automação, a emergência da robótica e a globalização do mercado de trabalho não apenas desloca o trabalho, substitui também a remuneração dos trabalhadores por lucros

an important role in curbing corruption. This is one area where the context-specificity of nations is especially important, since norms and mindsets are products of each society's history and experience.

9. GLOBAL POLICIES AND THE RESPONSIBILITY OF THE INTERNATIONAL COMMUNITY

Global forces increasingly frame the development policy options open to national governments. They present constraints and opportunities and are themselves, in turn, determined by actions in other countries.

Monetary policy in high-income nations affects the prospects for capital flows to developing countries. Financial regulatory policies in rich countries, although in the first instance affecting these countries, ultimately have an impact on emerging and developing economies, as amply illustrated by the financial crisis of 2008. Policies and regulations on tax havens affect the capacity of all countries, and especially low-income ones, to raise revenue to finance their policies for inclusive and sustainable development. Trade policies of one nation affect the export prospects for others. Migration policies in high-income countries affect the possibilities for citizens of low income countries to better themselves and, in doing so through remittances and knowledge transfer, help the development of their home countries. In all such cases, each country in today's globalized world has collateral impact on others. As such, all countries have a responsibility to take account of and to advance development opportunities for the most deprived citizens of the world.

Agreements and institutions which span multiple countries are crucial in addressing some of the most pressing problems of our times. Yet, these are the agreements and institutions which appear to be the most difficult to establish and maintain. While the Paris Agreement on climate change represents a good start, the world awaits implementation of commitments on emissions by all countries, and on

mais elevados para as corporações e os proprietários das máquinas. Estas consequências são uma questão que deve ser enfrentada sem convertê-la numa disputa global de trabalho-versus-trabalho. Isto compele-nos para três eixos de política. Primeiro, compele-nos para um investimento em capital humano e aumento de capacidades que complementem as novas tecnologias e, deste modo, estimulem o rendimento do trabalho, lado-a-lado com a emergência destas tecnologias. Segundo, complete-nos a criar novos instrumentos de transferência de rendimentos no seio de cada nação. A queda da proporção representada pelos salários no PIB não pode ser tratada como uma consequência inevitável da emergência das novas tecnologias. Os governos devem criar sistemas de impostos e partilha de lucros que rompam com essa equivalência, e devem criar regras de jogo – tais como uma aplicação rigorosa de leis de concorrência e leis laborais que reforcem o poder de negociação dos trabalhadores e lhes confira uma voz mais influente na sociedade e dentro das empresas. Finalmente, isto cria uma necessidade especial de processos coletivos de formulação de políticas entre as nações. Este desafio coloca nas instituições multilaterais a responsabilidade de encorajar a harmonização das políticas entre as nações e de promover políticas que levem em consideração não apenas os interesses das ricas nações industrializadas, mas também de economias emergentes, que são frequentemente privadas de voz nos processos internacionais de decisão.

8. AS NORMAS SOCIAIS E MENTALIDADES IMPORTAM

Grande parte da ciência económica tradicional tratava as normas sociais e mentalidades como relativamente inconsequentes para as nossas vidas económicas. Um corpo cada vez maior de literatura científica demonstra que a realidade é diferente. Os nossos valores e cultura são importantes não apenas por si sós, afetam também o modo como uma economia funciona. Uma sociedade na qual as

financing of assistance by high-income countries for climate change efforts — both mitigation and adaptation — by low-income countries. Recent years have seen a decline in development assistance from conventional sources and a proliferation of new bilateral and multilateral development institutions, not to mention the ever elusive goal of achieving the 0.7% goal for official development assistance agreed on by the world community decades ago. The international community has a responsibility to ensure that assistance is directed to developing countries, and marginalized groups within them, and that developing countries are better represented in the governance structures of international institutions, which will in turn ensure that international agreements and conventions are mindful of the needs of developing countries.

10. LOOKING FORWARD

If countries follow pragmatic policies of balancing market, state, and community in addressing development challenges, and if the international community works together to relieve the constraints of global forces and take advantage of the new opportunities being afforded, the technological progress the world is experiencing can be translated into progress in wellbeing for all, including the most deprived. We can achieve a world with shared prosperity. The mistakes and the successes of the past suggest a set of principles around which such policies at the national and global level could be formulated. It is now time to apply these principles systematically to the design of economic policies for development.

pessoas confiam umas nas outras opera melhor do que uma onde isso não ocorre. O mesmo lote de opções, quando apresentado a diferentes pessoas e de forma diferente, por exemplo, segundo uma ordem diferente ou com opções de base diferentes, pode provocar diferenças nas escolhas das pessoas. Os governos necessitam começar a usar estes novos discernimentos e novos instrumentos no sentido de conduzir os seus programas e serviços de modo mais eficiente. Empresas e corporações do setor privado vêm há muito tempo usando e frequentemente explorando os seus conhecimentos em psicologia humana e em predileções sociais para promover os seus próprios interesses e lucros. Se os governos desejam fornecer serviços de educação e saúde com eficácia e recolher impostos de forma justa, o nosso melhorado conhecimento das normas sociais tem que ser integrado conscientemente nos processos de formulação de políticas em prol do bem comum. Normas sociais e mentalidades podem também desempenhar um papel importante no combate à corrupção. Esta é uma área onde as especificidades contextuais de cada nação são especialmente importantes, uma vez que as normas e mentalidades são produtos da história e das experiências de cada sociedade.

9. POLÍTICAS GLOBAIS E A RESPONSABILIDADE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Forças globais enquadram de forma crescente as opções de políticas de desenvolvimento abertas aos governos nacionais. Elas apresentam constrangimentos e oportunidades e são, por sua vez, determinadas por ações de outros países. A política monetária de países de elevado rendimento afeta as perspectivas de fluxos de capitais destinados aos países em desenvolvimento. Políticas de regulação financeira em países ricos, embora os afetem em primeira instância, acabam tendo também um impacto nas economias emergentes e em desenvolvimento, como foi amplamente ilustrado pela crise

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

1 The challenge of development

It is now evident that some of the recommendations of more traditional economics were not valid. Policy makers cannot rely on simple policy guides such as holding the fiscal balance in check, using monetary policy to control inflation, providing macroeconomic stability, and then leaving it to the market to do the rest.

#StockholmStatement 

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

2 GDP growth is not an end in itself

While policies to promote GDP growth are needed, that must not be an end in itself but a means to creating the resources needed to achieve a range of societal objectives, which include improved health, education, employment, security, as well as consumption.

#StockholmStatement 

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

3 Development has to be inclusive

Policy should help ensure that development is socially and economically inclusive, and does not leave behind groups of the population — whether identified by gender, ethnicity, or other social indicators.

#StockholmStatement 

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

4 Environmental sustainability is a requirement, not an option

Development policy-making must take on environmental sustainability as a central objective.

#StockholmStatement 

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

5 The need to balance market, state, and community

Development policy has to build on a judicious balance among market, state, and community. It is important to recognize that markets are themselves social institutions which need a framework of efficient regulation to deliver on their promise of efficient economic allocation of resources.

#StockholmStatement 

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

6 Providing macroeconomic stability

Economies with greater stability succeed in having greater growth, with further enhancement of wellbeing. Macroeconomic stability entails managing policies to keep the economy on an even keel and paying attention to longer-term implications of today's policy actions, notably ensuring fiscal and external financial sustainability.

#StockholmStatement 

financeira de 2008. Políticas e regulação relativas a paraísos fiscais, afetam a capacidade de todos os países, especialmente aqueles de rendimento baixo, de gerar recursos que financiem as suas políticas para o desenvolvimento inclusivo e sustentável. As políticas comerciais de uma nação afetam as perspectivas de exportação de outras. Políticas migratórias em países de elevado rendimento afetam as possibilidades de cidadãos de países de rendimento baixo de melhorarem a sua própria condição e de, através de remessas e transferência de conhecimento, promover o desenvolvimento dos seus países de origem. Em todos estes casos, cada país do mundo globalizado contemporâneo tem um impacto colateral nos outros. Deste modo, todos os países têm a responsabilidade de levar em conta e de oferecer oportunidades de desenvolvimento aos cidadãos do mundo mais vulneráveis. Acordos e instituições que abrangem um número significativo de países são cruciais para abordar alguns dos problemas mais urgentes dos nossos tempos. No entanto, estes são os acordos e instituições mais difíceis de estabelecer e manter. Enquanto o acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas representa um bom começo, o mundo aguarda a implementação de compromissos relativos às emissões oriundas de todos os países, e quanto ao financiamento da assistência pelos países de elevado rendimento, aos esforços tanto de mitigação como de adaptação às mudanças climáticas por parte de países de baixo rendimento. Em anos recentes, temos observado um declínio na ajuda ao desenvolvimento através das fontes convencionais e a proliferação de novas instituições de desenvolvimento bilaterais e multilaterais, sem deixar de mencionar o sempre elusivo objetivo de atingir o cometimento de 0.7% dos orçamentos nacionais dos países de rendimento elevado à assistência oficial para o desenvolvimento, conforme acordado pela comunidade mundial há décadas. A comunidade internacional tem a responsabilidade de assegurar que a assistência seja direcionada aos países em desenvolvimento e aos grupos marginalizados dentro destes, e que os países em desenvolvimento sejam melhor representados nas estruturas de governo das instituições multilaterais,

o que, por sua vez, assegurará que os acordos internacionais e as convenções levem em consideração as necessidades dos países em desenvolvimento.

10. OLHANDO EM FRENTE

Se os países seguirem políticas pragmáticas que abordem os desafios de desenvolvimento equilibrando mercado, Estado e comunidade, e se a comunidade internacional trabalhar em conjunto para atenuar os constrangimentos provocados pelas forças globais e para fazer uso das novas oportunidades que são oferecidas, o progresso tecnológico que o mundo vive hoje pode ser traduzido em progresso no bem-estar para todos, inclusive para aqueles que mais padecem de privações. Podemos alcançar um mundo com prosperidade partilhada. Os erros e os sucessos do passado sugerem um conjunto de princípios em torno dos quais tais políticas a nível nacional e global podem ser formuladas. É, portanto, chegada a hora de se aplicar esses princípios de forma sistemática ao desenho de políticas económicas para o desenvolvimento.

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

7 Attending to the impact of global technology and inequality

Automation, the rise in robotics and the globalization of the labour market not only displaces labour, it replaces the earnings of workers with higher profits for corporations and the owners of machines. These consequences are a concern that must be addressed without converting this into a global labour-versus-labour tussle.

#StockholmStatement 

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

8 Social norms and mindsets matter

Our values and culture are not just important in themselves, they also affect how an economy performs. A society in which people have trust in one another does better than one in which people do not.

#StockholmStatement 

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

9 The responsibility of the international community

Global forces increasingly frame the development policy options open to national governments. They present constraints and opportunities and are themselves, in turn, determined by actions in other countries.

#StockholmStatement 

10 PRINCIPLES FOR DEVELOPMENT POLICY-MAKING

10 Looking forward

If countries follow pragmatic policies of balancing market, state, and community in addressing development challenges, and if the international community works together to relieve the constraints of global forces and take advantage of the new opportunities being afforded, the technological progress the world is experiencing can be translated into progress in wellbeing for all, including the most deprived.

#StockholmStatement 

